



**SUBSTITUTIVO ADOTADO PELA CCJC**  
**AO PROJETO DE LEI Nº 2.411, de 2022**

Altera o art. 835 da Lei nº. 13.105, 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), para possibilitar a penhora de bens intangíveis relacionados com o comércio eletrônico.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei altera o art. 835 da Lei nº 13.105, 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), para possibilitar a penhora de bens intangíveis relacionados com o comércio eletrônico.

Art. 2º O art. 835 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 835. ....

.....

XIII – sítio eletrônico e outros bens intangíveis relacionados com o comércio eletrônico;

XIV – outros direitos.

.....” (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em 26 de setembro de 2023.

Deputado RUI FALCÃO  
Presidente

